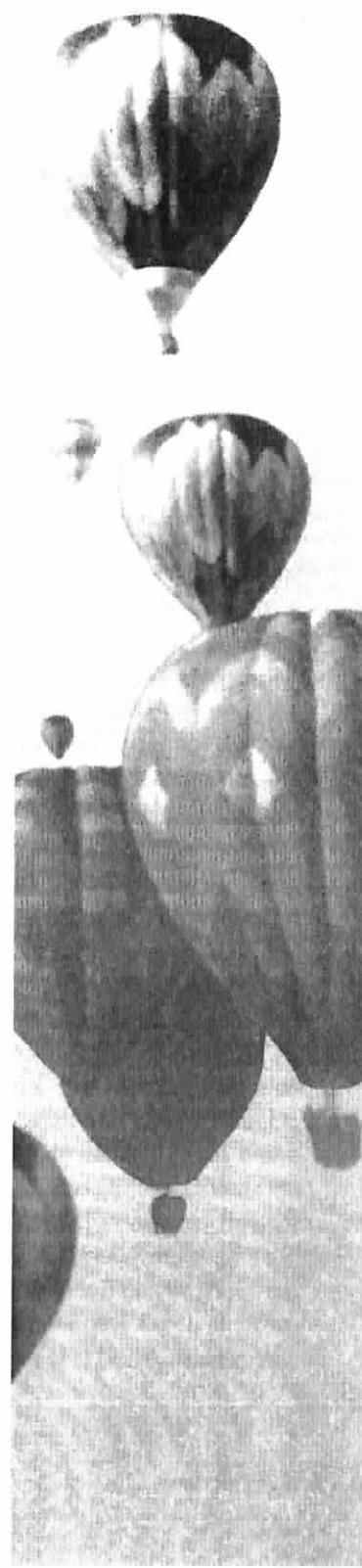


# Raça, Etnicidade e Migração

# 9

<b>Compreendendo a raça e a etnicidade</b>	205	<b>A imigração para o Reino Unido</b>	219
Raça	205	Mudanças na política de imigração da Grã-Bretanha	219
Etnicidade	206	<b>A diversidade étnica no Reino Unido</b>	220
<b>Preconceito, discriminação e racismo</b>	208	Empregos e sucesso econômico	222
Racismo	209	Habitação	224
<b>Explicando o racismo e a discriminação étnica</b>	210	Raça e crime	225
Interpretações psicológicas	210	<b>A imigração e as relações étnicas no continente</b>	227
Interpretações sociológicas	211	A migração e a União Européia	227
<b>Integração étnica e conflito étnico</b>	213	Refugiados, pessoas em busca de asilo e migrantes por motivos econômicos	228
Modelos de integração étnica	213	<b>Conclusão</b>	230
Conflito étnico	214	Pontos principais	230
<b>Migração global</b>	214	Questões para reflexão	231
Movimentos migratórios	215	Leitura complementar	231
Diásporas globais	216	Endereços na internet	232



## 9: Raça, Etnicidade e Migração

**A**té a década passada, a África do Sul era governada pelo *apartheid* – um sistema de segregação racial forçada. Sob o *apartheid*, todo sul-africano era classificado em uma das quatro categorias: branco (descendentes dos imigrantes europeus), “de cor” (pessoas cuja descendência é traçada a partir de membros de mais de uma “raça”), asiáticos e negros. A minoria branca sul-africana, compreendendo aproximadamente 13% da população, dominava a maioria não-branca. Os não-brancos não tinham direito ao voto nem à representação no governo central. A segregação era imposta a todos os níveis da sociedade, desde os locais públicos, como banheiros e vagões de trem, até os bairros residenciais e as escolas. Milhões de negros eram arrebanhados nos chamados “homelands”\*, bem afastados das principais cidades, vivendo como trabalhadores-migrantes em minas de ouro e de diamantes.

O *apartheid* era codificado em lei, mas imposto por meio da violência e da brutalidade. O Partido Nacional, que formalizou o *apartheid* após a chegada ao poder, em 1948, aproveitou os órgãos responsáveis pelo cumprimento da lei e pela segurança para reprimir toda a resistência ao regime. Os grupos de oposição foram declarados ilegais, e os dissidentes políticos detidos sem julgamento e, muitas vezes, torturados. As manifestações pacíficas frequentemente acabavam em violência. Após anos de condenação internacional, de sanções econômicas e culturais e de uma resistência doméstica crescente, o regime do *apartheid* começou a se enfraquecer. Quando F.W. De Klerk tornou-se presidente da África do Sul, em 1989, herdou um país afundado em uma profunda crise e praticamente ingovernável.

Em 1990, De Klerk suspendeu a interdição ao African National Congress (ANC), Partido Congresso Nacional Africano, o principal partido de oposição, e libertou seu líder, Nelson Mandela, após 27 anos de prisão. Na seqüência, houve uma série de negociações complexas que abriram caminho para a primeira eleição nacional da África do Sul com a participação de brancos e não-brancos. Em 27 de abril de 1994, o ANC recebeu um total esmagador de 62% dos votos, e Nelson Mandela tornou-se o primeiro presidente pós-*apartheid* da África do Sul.

A tarefa que Mandela e o ANC tiveram de enfrentar era enorme. Em um país de 38 milhões de pessoas, 9 milhões eram empobrecidas e 20 milhões viviam sem eletricidade. O desemprego estava difundido. Mais da metade da população negra era analfabeta e as taxas de mortalidade infantil eram dez vezes maiores entre os negros do que entre os brancos. Mas, além de ser uma sociedade profundamente desigual em termos materiais, a África do Sul também era extremamente dividida. Décadas de dominação ideológica, que tinham como premissa a crença na superioridade racial, deixaram cicatrizes no país e a

necessidade desesperada de reconciliação. As atrocidades do regime do *apartheid* exigiram a reparação, e a cultura da opressão racial precisou ser desmantelada. As tensões étnicas dentro da população africana culminavam em explosões de violência, ameaçando o desencadeamento de uma guerra civil.

Durante o seu mandato de presidente, o qual se encerrou em 1999, Mandela diligentemente estabeleceu a base para a construção de uma sociedade multiétnica equitativa. A constituição adotada em 1996 é uma das mais progressistas do mundo, declarando ilegal todo o tipo de discriminação com base em raça, origem étnica ou social, ou em religião e crença, além das discriminações baseadas em orientação sexual, incapacidade e gravidez. Os apelos repetidos de Mandela por um “novo patriotismo” buscaram agrupar tanto os “brancos nervosos” como os “negros impacientes” em um projeto comum para a construção de uma nação. Grupos políticos dissidentes, como o *Inkatha Freedom Party* (IFP), com base zulu, foram introduzidos no governo a fim de reduzir tensões étnicas e políticas que pudessem levar à violência.

Um dos eventos mais notáveis que ocorreram durante a presidência de Mandela teve por finalidade lidar com o legado do passado do *apartheid*. Com início em abril de 1996 e encerramento em julho de 1998, a *Truth and Reconciliation Commission* (TRC) (Comissão Verdade e Reconciliação) realizou audiências em comunidades espalhadas pela África do Sul, com o intuito de investigar os abusos aos direitos humanos que ocorreram sob o *apartheid*. O arcebispo e Prêmio Nobel Desmond Tutu conduziu a TRC na investigação dos atos e dos abusos cometidos entre 1960 e 1994. Mais de 21 mil testemunhos foram dados e registrados; as sessões foram abertas ao público e tiveram ampla cobertura da mídia. As audiências da TRC foram planejadas para revelar a todos as realidades da era do *apartheid* – das mais horríveis às mais banais; elas não se destinavam a servir de julgamento ou a ordenar punições. Àqueles que cometeram crimes durante o *apartheid*, incluindo policiais e autoridades de segurança, ofereceu-se anistia em troca de testemunhos honestos e da “revelação completa” de todas as informações relevantes.

Em 1998, a *Truth and Reconciliation Commission* publicou um relatório de 3.500 páginas sobre as suas descobertas. Não é de se surpreender que o governo do *apartheid* tenha sido identificado como o principal perpetrador de abusos aos direitos humanos, embora as transgressões cometidas por outras organizações, incluindo o ANC, também tenham sido observadas. Algumas pessoas criticaram a TRC por não passar de um arquivo dos crimes da era do *apartheid*, incapaz de “corrigir os erros” que ocorreram. Porém, outros acreditam que o simples processo de reunir testemunhos – daqueles que cometeram os abusos e daqueles que foram vítimas deles – pôs em foco as injustiças da era *apartheid*.

Sozinha, a TRC certamente não pode superar as décadas de divisão e discriminação raciais. A África do Sul continua sendo uma sociedade com rupturas, que luta contra o extremis-

\* N. de T. *Homelands* eram as áreas reservadas às pessoas negras na África do Sul.

mo e a intolerância. Uma sucessão de “projetos de lei para a transformação”, aprovados em 2000, declarou a ilegalidade do discurso de incentivo ao ódio e estabeleceu uma série de “tribunais de igualdade” para ouvirem acusações de discriminação racial. No entanto, as audiências da TRC foram um poderoso episódio da história sul-africana pós-*apartheid*, estabelecendo um novo padrão de abertura e de honestidade para tratar das divisões raciais. A TRC forçou a atenção para as conseqüências perigosas do ódio racial e, por meio de seu próprio exemplo, demonstrou o poder da comunicação e do diálogo no processo de reconciliação.

Neste capítulo, investigaremos as noções de “raça” e etnicidade, questionando por que as divisões raciais e étnicas frequentemente geram conflitos sociais – como ocorreu na África do Sul e em muitas outras sociedades. Após observarmos como os cientistas sociais entendem e empregam os conceitos de raça e etnicidade, voltaremos nossa atenção para tópicos sobre o preconceito, a discriminação e o racismo e discutiremos as interpretações psicológicas e sociológicas que ajudam a explicar sua recorrência. A partir desse ponto, lidaremos com modelos de integração étnica e exploraremos exemplos de conflitos étnicos, antes de passarmos para padrões de migração global que estão promovendo uma integração entre as populações humanas. Nas seções finais deste capítulo, nos concentraremos na diversidade e nas relações étnicas no Reino Unido e na Europa, prestando atenção especial às tendências imigratórias e aos padrões de desigualdade étnica.

## Compreendendo a raça e a etnicidade

### Raça

O conceito de raça é um dos mais complexos da sociologia, especialmente devido à contradição entre seu uso cotidiano e sua base científica (ou inexistência desta). Muitas pessoas, hoje em dia, enganam-se ao acreditar que os seres humanos possam ser facilmente separados em raças biologicamente diferentes; o que não é uma surpresa, considerando-se as numerosas tentativas feitas pelos estudiosos de estabelecer categorizações raciais entre os povos. Alguns autores distinguem quatro ou cinco raças principais, enquanto outros chegam a reconhecer três dúzias.

As teorias científicas sobre a raça surgiram no final do século XVIII e início do século XIX, sendo utilizadas para justificar a ordem social emergente à medida que a Inglaterra e outras nações da Europa tornavam-se potências imperiais que submetiam territórios e populações ao seu domínio. O conde Joseph Arthur de Gobineau (1816-1882), às vezes chamado de “pai do racismo moderno”, propôs a existência de três raças: brancos (*Caucasianos*), negros (*Negróides*) e amarelos (*Mongolóides*). Segundo De Gobineau, a raça branca possui inteligência, moralidade e força de vontade superiores; são essas qualidades herdadas que subjazem à expansão da influência ocidental pelo mundo. Os negros, em contraste, são os menos capazes, marcados por uma natureza animal, uma falta de mo-

ralidade e uma instabilidade emocional. As idéias de De Gobineau, e de proponentes da mesma linha do racismo científico, mais tarde influenciaram Adolf Hitler, que as transformou na ideologia do partido nazista, e outros grupos de supremacia branca, como a Ku-Klux-Klan (nos Estados Unidos) e os arquitetos do *apartheid* (na África do Sul).

Nos anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial, a “ciência racial” foi completamente desacreditada. Em termos biológicos, não existem “raças” com contornos definidos, apenas uma gama de variações físicas nos seres humanos. As diferenças de tipos físicos entre os grupos humanos surgem da procriação consanguínea da população, que varia de acordo com o grau de contato existente entre diferentes grupos sociais ou culturais. Os grupos de população humana são um *continuum*. A diversidade genética encontrada dentro de populações que compartilham traços físicos visíveis é tão grande quando a diversidade entre estes. Em virtude desses fatos, a comunidade científica praticamente abandonou o conceito de raça. Muitos cientistas sociais concordam nessa questão, argumentando que a raça não passa de um constructo ideológico cuja utilização nos círculos acadêmicos apenas perpetua a convicção comum da existência de um fundamento biológico (Miles, 1993). Outros cientistas sociais discordam, alegando que a raça, enquanto conceito, possui significado para muitas pessoas, mesmo que sua base biológica tenha sido desconsiderada. Para a análise sociológica, eles sustentam, a raça continua sendo um conceito vital, ainda que altamente contestado; por isso, alguns estudiosos preferem utilizar a palavra “raça” entre aspas a fim de refletir seu uso enganoso, porém corriqueiro.

O que é a raça, então, se não se refere às categorias biológicas? Existem diferenças físicas claras entre os seres humanos, e algumas delas são herdadas. Mas a questão que busca explicar por que algumas diferenças, e não outras, tornam-se casos de discriminação social e de preconceito não tem nenhuma relação com a biologia. Logo, as diferenças raciais devem ser entendidas como variações físicas que os membros de uma comunidade ou sociedade selecionam como socialmente significativas. Diferenças de cor de pele, por exemplo, são tratadas como significativas, ao passo que diferenças na cor dos cabelos não o são. A **raça** pode ser entendida como um conjunto de relações sociais que permitem situar os indivíduos e os grupos e determinar vários atributos ou competências com base em aspectos biologicamente fundamentados. As distinções raciais representam mais do que formas de descrever as diferenças humanas – são também fatores importantes na reprodução de padrões de poder e de desigualdade dentro da sociedade.

O processo pelo qual as interpretações de raça são empregadas na classificação de indivíduos ou de grupos de pessoas é denominado **racialização**. O significado histórico do conceito de racialização está ligado ao fato de que certos grupos de pessoas acabavam sendo rotulados como se constituíssem grupos biologicamente distintos, com base em aspectos físicos de ocorrência natural (como nas idéias divulgadas por De Gobineau). A partir do período da história que teve início no século XV, à medida que os europeus intensificaram o contato com povos provenientes de diferentes regiões do mundo, tentou-se

sistematizar o conhecimento através da categorização e da explicação dos fenômenos naturais e sociais. Populações não-européias foram “racializadas”, em oposição à “raça branca” europeia. Em algumas situações, essa racialização assumiu formas institucionais “codificadas”, como no caso da escravidão, nas colônias norte-americanas, e do *apartheid*, na África do Sul. O mais comum, no entanto, foi a racialização *de facto* das instituições sociais cotidianas. Dentro de um sistema racializado, aspectos referentes à vida diária dos indivíduos – incluindo emprego, relações pessoais, habitação, serviços de saúde, educação e representação legal – são moldados e constrangidos pelas próprias posições racializadas destes dentro do sistema.

## Etnicidade

Enquanto a idéia de raça implica, erroneamente, a noção de algo definitivo e biológico, o conceito de “etnicidade” tem um significado puramente social. A **etnicidade** refere-se às práticas e às visões culturais de determinada comunidade de pessoas que as distinguem de outras. Os membros dos grupos étnicos consideram-se culturalmente distintos de outros grupos da sociedade, e, em troca, são vistos dessa forma por esses outros grupos. Diferentes características podem servir para distinguir um grupo étnico do outro, mas as mais comuns são língua, história ou linhagem (real ou imaginada), religião e estilos de roupas ou de adornos. As diferenças étnicas são completamente aprendidas, um ponto que parece evidente até nos lembrar-

mos de como é comum alguns grupos serem considerados “soberanos natos” ou “preguiçosos”, “ignorantes” e assim por diante. Na verdade, não há nada de inato na etnicidade; é um fenômeno puramente social, produzido e reproduzido ao longo do tempo. Através da socialização, os jovens assimilam os estilos de vida, as normas e as crenças de suas comunidades.

Para muitas pessoas, a etnicidade é central para a identidade do indivíduo e do grupo. Ela consegue oferecer uma importante linha de continuidade com o passado, sendo, normalmente, mantida viva através da prática das tradições culturais. A cada ano, a vibração e a engenhosidade dos desfiles de carnaval evocam o Caribe nas ruas de Notting Hill, em Londres. Outro exemplo é a terceira geração de norte-americanos descendentes de irlandeses, que, com orgulho, pode identificar-se como anglo-americano\*, apesar de seus integrantes terem vivido a vida inteira nos Estados Unidos. As tradições e os costumes irlandeses são normalmente passados de uma geração de família para a outra e dentro da comunidade irlandesa mais ampla. Embora seja mantida dentro da tradição, a etnicidade não é estática nem imutável, mas, sim, variável e adaptável a circunstâncias inconstantes. No caso dos anglo-americanos, por exemplo, é possível perceber como costumes populares originados na Irlanda foram mantidos, embora transformados no contexto da sociedade norte-americana. Os animados desfiles do St.

\* N. de R. T. Relativo à Grã-Bretanha e aos EUA. Os anglos constituem um povo germânico antigo que colonizou o centro e o norte da Inglaterra e a ela deu nome. A Grã-Bretanha compreende, além da Inglaterra, do País de Gales e da Escócia, a Irlanda do Norte aqui referida.



A celebração do Ano Novo Chinês, com suas apresentações e decorações, não é apenas um evento pitoresco que ocorre todos os anos em Soho, mas é um importante símbolo de continuidade cultural para a comunidade chinesa de Londres.

## Identidade “negra”

O uso do termo “negro” para descrever indivíduos e populações tem sofrido transformações fundamentais ao longo dos anos e continua sendo extremamente contestado. Durante muito tempo, a palavra “negro” era um rótulo pejorativo atribuído por brancos. Foi somente na década de 1960 que os norte-americanos e os britânicos de origem africana “reclamaram” o termo e aplicaram-no a si mesmos de modo positivo. A palavra “negro” tornou-se uma fonte de orgulho e de identidade, em vez de um estigma racial. O lema “negro é lindo” e o conceito motivacional do “poder negro” foram centrais para o movimento de liberação negra. Essas idéias foram aproveitadas em oposição à dominação simbólica da “branquidade” sobre a “negritude”. À medida que o termo “negro” ganhou maior aceitação dentro da sociedade, este começou a ser aplicado a não-brancos sem origem africana – particularmente asiáticos. Porém, o termo “negro” era mais do que simplesmente um rótulo, continha também uma mensagem política subjacente. Como todo o povo “negro” vivenciou o racismo e a exclusão nas mãos da população branca, havia um apelo para que eles se mobilizassem em torno de sua identidade negra comum na pressão por mudanças.

No final dos anos de 1980, alguns estudiosos e membros de grupos étnicos minoritários começaram a contestar a utilização do termo “negro” na referência ao conjunto da população não-branca. Embora reconhecessem que os não-brancos compartilham da mesma opressão, eles sustentam que o termo “negro” obscurece as diferenças existentes entre os grupos étnicos. De acordo com aqueles que se opõem ao ter-

mo, deve-se prestar mais atenção às experiências distintas dos grupos étnicos minoritários, em vez de presumir uma experiência compartilhada. Tariq Modood tem sido um dos principais críticos, afirmando que o termo “negro” é empregado de um jeito muito vago – de vez em quando significando apenas pessoas com origem africana, e outras vezes referindo-se também aos asiáticos coletivamente. Ele acredita que o termo confere uma ênfase exagerada à opressão baseada na cor da pele, desprezando boa parte do racismo estabelecido culturalmente. De acordo com Modood, os asiáticos, em geral, tendem a não se considerar “negros” devido às fortes conotações que há entre o termo “negro” e a experiência das pessoas de origem africana. Por fim, Modood (1994) chama atenção para o fato de que a palavra “negro” implica uma identidade essencial que é inerentemente falsa. As populações não-brancas possuem muitas identidades diversas, da mesma forma que os grupos pertencentes à chamada população “branca”.

Não há um consenso claro quanto à utilização do termo “negro” na sociologia. Embora as críticas levantadas por Modood e por outros certamente sejam válidas, o termo “negro” continua sendo útil para expressar a experiência compartilhada do racismo branco com a qual a maioria dos não-brancos se depara. Correntes recentes dentro da sociologia, contudo, parecem justificar as preocupações de Modood. Escritores ligados à escola pós-moderna tendem a salientar as diferenças entre os grupos étnicos minoritários, em lugar de discorrerem sobre o significado de uma identidade “negra” coletiva.

Patrick’s Day, em muitas cidades dos EUA, são um exemplo de como a herança irlandesa foi remodelada de um jeito claramente norte-americano. Exemplos semelhantes podem ser encontrados em todo o globo nos casos em que as populações – como resultado da migração, da guerra, do deslocamento dos mercados de trabalho ou de outros fatores – se misturam para gerar comunidades etnicamente diversas.

Os sociólogos normalmente preferem o termo “etnicidade” por se tratar de um conceito de significado eminentemente social. Entretanto, as referências à etnicidade e às diferenças étnicas podem ser problemáticas, especialmente se sugerirem contraste com uma norma “não-étnica”. Na Grã-Bretanha, por exemplo, é comum empregar a etnicidade para referir-se às práticas e tradições culturais que diferem das práticas britânicas “nativas”. O termo genérico “étnico” aplica-se a domínios tão diversos como cozinha, roupas, música e bairros para designar práticas “não-britânicas”. Utilizando-se rótulos étnicos dessa forma coletiva, corre-se o risco de criar divisões entre “nós” e “eles”, nas quais certos elementos da população são vistos como “étnicos” e outros não. Na verdade, a etnici-

dade é um atributo que todos os membros de uma população possuem, e não apenas determinados segmentos desta. Contudo, conforme veremos, na prática, a etnicidade está, com maior frequência, associada a grupos minoritários dentro de uma população.

### Grupos minoritários

A noção de **grupos minoritários** (geralmente *minorias étnicas*) é amplamente empregada na sociologia, sendo mais do que uma distinção meramente numérica. Em um sentido estatístico, existem muitas minorias – tais como as pessoas que medem mais de 1,80 m, ou que pesam mais de 100 kg –, porém essas não são minorias segundo o conceito sociológico. Na sociologia, os membros de um grupo minoritário estão em desvantagem se comparados com a população majoritária e possuem um senso de solidariedade de grupo, i.e, de que juntos formam um grupo. A experiência de ser objeto de preconceito e discriminação normalmente reforça os sentimentos de lealdade e de interesses em comum.

Assim, é comum os sociólogos empregarem o termo “minoria” em um sentido não-literal quando se referem à posição subordinada de um grupo dentro da sociedade, e não à sua representação numérica. Há muitos casos nos quais uma “minoria” é, na verdade, a maioria! Em algumas regiões geográficas, como em áreas urbanas decadentes, os grupos de minorias étnicas compõem a maioria da população, mas, no entanto, são citados como “minorias”, já que o termo “minoria” expressa sua situação de desamparo. As mulheres, às vezes, são descritas como um grupo minoritário, embora constituam a maioria numérica em muitos países. Porém, como, em comparação com os homens (os “majoritários”), as mulheres tendem a ser desfavorecidas, o termo também se aplica a elas.

Os membros dos grupos minoritários, muitas vezes, tendem a se ver como pessoas distanciadas da maioria, estando normalmente isoladas física e socialmente da comunidade em um sentido mais amplo. Costumam concentrar-se em certos bairros, cidades ou regiões de um país. Há poucos casamentos entre pessoas do grupo majoritário e membros do grupo minoritário, ou entre grupos minoritários. Os indivíduos pertencentes à minoria, às vezes, promovem ativamente a *endogamia* (casamento realizado dentro do grupo) a fim de manter viva sua distinção cultural.

Alguns estudiosos preferem falar de “minorias” para referirem-se coletivamente a grupos que tenham sofrido preconceito nas mãos da sociedade “majoritária”. O termo “minorias” atrai a atenção para a difusão da discriminação, realçando a existência de atributos comuns entre as experiências de vários grupos subordinados dentro da sociedade. Um exemplo está no fato de o anti-semitismo, a homofobia e o racismo possuírem muitos aspectos em comum, revelando como a opressão contra grupos diferentes pode assumir formas semelhantes. Ao mesmo tempo, entretanto, quando se fala coletivamente em “minorias”, pode-se acabar fazendo generalizações em termos de discriminação e opressão que não refletem com precisão as experiências de grupos individuais. Apesar de os homossexuais e os paquistaneses serem ambos grupos minoritários em Londres, o modo como eles sofrem a segregação na sociedade está longe de ser idêntico.

Muitas minorias distinguem-se étnica e fisicamente do resto da população. Esse é o caso dos nativos da Índias Ocidentais e dos asiáticos que vivem na Grã-Bretanha, por exemplo, e dos afro-americanos, chineses e de outros grupos nos Estados Unidos. Conforme observamos acima, na prática, a denominação de um grupo ou de um conjunto de tradições como “étnico” ocorre de uma forma um tanto seletiva. Enquanto os nativos das Índias Ocidentais, na Grã-Bretanha, e os afro-americanos, nos Estados Unidos, são exemplos claros de minorias étnicas, é menos provável que os britânicos e os norte-americanos de origem italiana ou polonesa sejam considerados minorias étnicas. Diferenças físicas, como a cor da pele, são, com frequência, o fator decisivo para designar uma minoria étnica. Como veremos neste capítulo, as distinções étnicas raramente são neutras, mas é comum estarem associadas a de-

sigualdades em relação à riqueza e ao poder, assim como a antagonismos entre grupos.

## Preconceito, discriminação e racismo

O conceito de raça é moderno, mas o preconceito e a discriminação têm se difundido há muito pela história humana. Em primeiro lugar, é necessário que tracemos uma distinção clara entre eles. O **preconceito** refere-se a opiniões ou atitudes defendidas por membros de um grupo em relação a outro grupo. Os pontos de vista preconcebidos de uma pessoa preconceituosa, em geral, se baseiam em boatos, ao invés de em evidências diretas, e resistem a mudanças, mesmo diante de novas informações. As pessoas podem nutrir preconceitos favoráveis em relação a grupos com os quais se identificam e preconceitos negativos contra outros. Quem é preconceituoso em relação a um grupo específico se recusará a escutá-lo de maneira justa.

Os preconceitos estão frequentemente embasados em estereótipos, em caracterizações fixas e inflexíveis de um grupo de pessoas, sendo, em geral, aplicados a grupos étnicos minoritários – como a noção de que todos os homens negros possuem naturalmente um porte atlético, ou a de que todos os orientais são estudantes aplicados e esforçados. Em alguns estereótipos, há um traço de verdade, mas são extremamente exagerados. Outros são simplesmente um mecanismo de **deslocamento**, nos quais sentimentos de hostilidade ou de raiva são direcionados contra objetos que não constituem a verdadeira origem desses sentimentos. Os estereótipos ficam incrustados nas interpretações culturais, e seu desgaste é difícil, mesmo quando se trata de distorções grosseiras da realidade. A convicção de que as mães solteiras são dependentes da previdência social e recusam-se a trabalhar é um exemplo de estereótipo persistente sem embasamento efetivo. Na realidade, é grande o número de mães solteiras que trabalham, e muitas das que recebem os benefícios da previdência prefeririam trabalhar, mas não têm acesso a creches públicas.

Se o preconceito define as atitudes e as opiniões, a **discriminação** refere-se ao comportamento concreto em relação a um grupo ou indivíduo. A discriminação pode ser percebida em atividades que excluem membros de um grupo das oportunidades abertas a outras pessoas, como quando um britânico negro é recusado em um emprego disponibilizado para uma pessoa branca. Apesar de o preconceito ser, com frequência, a base da discriminação, ambos podem existir separadamente. As pessoas podem ter atitudes preconceituosas involuntárias, e, igualmente importante, a discriminação não deriva necessariamente do preconceito. Por exemplo, brancos que queiram comprar casas podem evitar comprá-las em bairros predominantemente negros não por causa das atitudes de hostilidade que eles possam ter em relação a quem vive lá, mas devido a preocupações quanto à queda de valor da propriedade. Nesse caso, as atitudes preconceituosas influenciam a discriminação, porém de uma maneira indireta.

## O caso Stephen Lawrence

Em 1993, um adolescente negro, chamado Stephen Lawrence, foi morto em um ataque por motivos raciais, nas mãos de cinco jovens brancos, quando ele esperava o ônibus, na parada, com um amigo, no sudeste de Londres. Sem ser provocado, o rapaz lançou-se sobre Lawrence, apunhalou-o duas vezes e deixou-o estendido na calçada para morrer. O fato de ninguém ter sido condenado por seu assassinato é visto como um grave erro judicial e um testemunho da difusão do racismo nos sistemas de aplicação das leis e de justiça criminal.

A comissão de inquérito do caso concluiu que a investigação sobre o assassinato de Lawrence foi mal-conduzida desde o princípio (Macpherson, 1999). Os policiais que chegaram à cena do crime pouco se esforçaram para perseguir os agressores de Lawrence e demonstraram falta de respeito com relação a seus pais, negando o acesso destes a informações sobre o caso às quais eles tinham direito. Supôs-se, erroneamente, que Lawrence estivesse envolvido em uma briga de rua, e não que fosse uma vítima inocente de um ataque racista não-provocado. A vigilância dos suspeitos, por parte da polícia, foi mal-organizada e conduzida com “falta de urgência”; as buscas nos domicílios dos suspeitos, por exemplo, não foram executadas com rigor, apesar das dicas que descreviam onde as armas poderiam estar escondidas. Servidores mais antigos que tinham condições de intervir no caso para corrigir esses erros não o fizeram. Durante o curso da investigação e dos inquéritos subsequentes, os policiais retiveram informações vitais, protegeram uns aos outros e recusaram-se a assumir responsabilidade pelos erros.

Graças à perseverança dos pais de Lawrence, três dos suspeitos foram levados a julgamento em 1996, mas o caso desabou quando um juiz decretou que a evidência apresentada por uma testemunha era inadmissível. Em 1997, Jack Straw, o secretário dos Negócios Interiores, anunciou que o inquérito do caso Lawrence estava completo; e os resultados

foram publicados em 1999, no Relatório Macpherson. Os autores do relatório foram claros:

As conclusões a serem extraídas a partir de todas as evidências relacionadas à investigação do assassinato de cunho racista de Stephen Lawrence são claras. Não restam dúvidas de que houve erros fundamentais. A investigação foi arruinada por uma combinação de incompetência profissional, racismo institucional e um fracasso de liderança por parte dos servidores mais antigos.

A acusação de *racismo institucional* foi uma das consequências mais importantes do inquérito. Os autores do relatório concluíram que não apenas a Polícia Metropolitana, mas muitas outras instituições, incluindo o sistema de justiça criminal, estão implicadas em um “fracasso coletivo (...) em oferecer um serviço profissional e apropriado às pessoas, por causa de sua cor, cultura ou origem étnica, o que pode ser visto ou detectado em processos, atitudes e comportamento e equivale à discriminação através do preconceito inconsciente, da ignorância, do descuido e da formação de um estereótipo racista que prejudica os indivíduos pertencentes à minoria étnica” (Macpherson, 1999).

O Relatório Macpherson concluiu que “é incumbência de cada instituição examinar suas políticas e o resultado destas” para assegurar que nenhum segmento da população seja prejudicado. Foram divulgadas 70 recomendações para melhorar a forma como os crimes racistas são controlados, incluindo o treinamento de policiais para uma consciência de raça, poderes disciplinares mais fortes para remover servidores racistas, definições mais claras do que constitui um incidente racista e um compromisso na ampliação do número total de servidores negros e asiáticos na força policial.

## Racismo

O conceito de raça é fundamental para a existência do **racismo** – o preconceito baseado em distinções físicas socialmente significativas. Uma pessoa racista é aquela que acredita que alguns indivíduos são superiores ou inferiores a outros com base em diferenças racializadas. O racismo é geralmente considerado o comportamento ou as atitudes manifestados por determinados indivíduos ou grupos. Um indivíduo pode professar suas convicções racistas ou pode participar de um grupo, como uma organização de supremacia branca, que promove uma agenda racista. Todavia, muitos defendem a noção de que o racismo é mais do que simplesmente um conjunto de idéias nas quais um pequeno número de indivíduos extremistas acreditam, mas an-

tes encontra-se incorporado na própria estrutura e no funcionamento da sociedade. A idéia do **racismo institucional** sugere que o racismo permeia todas as estruturas da sociedade de um modo sistemático. De acordo com essa visão, instituições como a polícia, o serviço de saúde e o sistema educacional, todas elas promovem políticas que favorecem certos grupos enquanto discriminam outros.

A idéia do racismo institucional foi desenvolvida nos Estados Unidos, no final da década de 1960, pelos defensores dos direitos civis que acreditavam que o racismo sustenta o próprio tecido da sociedade, em vez de ser um mero representante das opiniões de uma pequena minoria. Nos anos seguintes, a existência do racismo institucional acabou sendo amplamente aceita e abertamente reconhecida em muitos lugares. Uma investi-

gação recente sobre as práticas do Serviço de Polícia Metropolitana de Londres, à luz do assassinato de Stephen Lawrence (veja quadro na página anterior), descobriu que o racismo institucional está difundido dentro da força policial e do sistema de justiça criminal. Na cultura e nas artes, o racismo institucional tem se revelado em esferas como a transmissão de programas de televisão (com um retrato negativo ou limitado das minorias étnicas na programação) e na indústria internacional de modelos (preconceito que se estende a toda a indústria contra as modelos que não sejam brancas).

### Do “velho racismo” ao “novo racismo”

Assim como houve um descrédito em relação ao conceito de raça biológica, o racismo “biológico” em seu velho estilo, baseado em diferenças quanto a traços físicos, é raramente expresso de forma aberta na sociedade de hoje. O fim da segregação legalizada nos Estados Unidos e a queda do *apartheid* na África do Sul foram pontos decisivos importantes na rejeição do “racismo biológico”. Em ambos os casos, as atitudes racistas foram proclamadas pela associação direta dos traços físicos à inferioridade biológica. Atualmente, essas idéias ostensivamente racistas raramente são ouvidas, exceto nos casos de crimes violentos de ódio, ou nas plataformas de determinados grupos extremistas. Porém, isso não significa que as atitudes racistas tenham desaparecido das sociedades modernas. Segundo alguns estudiosos, em lugar de desaparecerem, essas atitudes foram substituídas por um **novo racismo** mais sofisticado (ou *racismo cultural*), que aproveita a idéia das diferenças culturais para excluir certos grupos (Barker, 1981).

Aqueles que acreditam no surgimento de um “novo racismo” afirmam que, agora, em vez dos argumentos biológicos, são empregados argumentos culturais a fim de promover a discriminação contra determinados segmentos da população. De acordo com esse ponto de vista, as hierarquias de superioridade e inferioridade são construídas conforme os valores da cultura majoritária. Os grupos que se mantêm afastados da maioria podem se tornar marginalizados ou difamados por recusarem a assimilação. Alega-se que o “novo racismo” possui uma dimensão política clara. Na Grã-Bretanha, ele pode ser visto no conteúdo dos currículos educacionais nacionais, que ressaltam a história e os escritores britânicos “essenciais”, em vez de uma agenda “multicultural”, e pelas políticas restritivas de imigração que visam a limitar o número de imigrantes não-brancos. Outros exemplos proeminentes do “novo racismo” podem ser percebidos nos esforços de alguns políticos norte-americanos no sentido de decretarem políticas oficiais “restritas à língua inglesa” e nos conflitos ocorridos na França envolvendo meninas que desejavam usar lenços islâmicos para cobrir a cabeça na escola. O fato de o racismo ser mais praticado por motivos culturais, e não biológicos, leva alguns estudiosos a sugerirem que vivemos em uma época de “racismos múltiplos”, na qual a discriminação é sofrida de diferentes maneiras por meio dos segmentos da população (Modood et al., 1997).

## Explicando o racismo e a discriminação étnica

### Interpretações psicológicas

As teorias psicológicas podem nos ajudar a entender a natureza das atitudes preconceituosas, e também por que as diferenças étnicas têm tanta importância para as pessoas. Sob esse aspecto, há duas abordagens psicológicas úteis. A primeira parte do fato de que o preconceito funciona principalmente por meio do pensamento estereotípico. De vez em quando, os indivíduos utilizam estereótipos e descarregam seu antagonismo em “bodes expiatórios”, pessoas acusadas de coisas das quais não têm culpa. Transformar alguém em **bode expiatório** é uma prática comum quando dois grupos étnicos carentes concorrem entre si por recompensas econômicas. As pessoas que direcionam ataques raciais contra os negros, por exemplo, com frequência, estão em uma situação econômica semelhante a destes. Elas responsabilizam os negros por mágoas cujos verdadeiros motivos se encontram em outros fatos. A escolha de bodes expiatórios está normalmente voltada contra grupos que sejam distintos e relativamente impotentes, pois constituem um alvo fácil. Protestantes, católicos, judeus, italianos, negros africanos, ciganos e outros têm desempenhado o papel indesejado de bodes expiatórios em vários momentos ao longo da história ocidental.

A segunda abordagem sugere que deve haver alguns tipos de pessoas que, como resultado da primeira socialização, estejam particularmente propensas ao pensamento estereotípico e à *projeção* – a atribuição inconsciente dos próprios desejos e ódios a outras pessoas. Um trecho famoso de uma pesquisa realizada nos anos de 1940 por Theodor Adorno e seus sócios diagnosticou um tipo de caráter denominado **personalidade autoritária** (Adorno et al., 1950). Os pesquisadores desenvolveram diversas escalas de medição para avaliar os níveis de preconceito. Em uma escala, por exemplo, pediu-se que as pessoas concordassem com ou discordassem de uma série de afirmações que expressavam visões profundamente anti-semitas. Aqueles cujo diagnóstico revelou preconceito contra os judeus também tenderam a expressar atitudes negativas em relação a outras minorias. Quem tem uma personalidade autoritária, concluíram os investigadores, tende a ser rigidamente conformista, submisso a seus superiores e a repudiar seus inferiores. Essas pessoas são também altamente intolerantes em suas atitudes religiosas e sexuais.

As características de uma personalidade autoritária, sugeriram os pesquisadores, são resultado de um padrão de educação no qual os pais não conseguem expressar um amor direto aos seus filhos e são distantes e disciplinadores. Quando adultos, esses indivíduos sofrem de ansiedades que somente podem ser controladas com a adoção de uma perspectiva rígida. São incapazes de lidar com situações ambíguas e ignoram inconsistências, estando inclinados a pensar de forma estereotípica.

A pesquisa de Adorno foi submetida a uma enxurrada de críticas. Alguns duvidaram do valor das escalas de medição empregadas, outros sustentaram que o autoritarismo não é uma

## A permanência do racismo

O que fez o racismo prosperar? Muitas razões. Uma delas é que a oposição entre branco e negro, enquanto símbolos culturais, esteve profundamente enraizada na cultura européia. Durante muito tempo, o branco esteve associado à pureza, e o preto à maldade (um simbolismo nada natural; em algumas culturas, ocorre o contrário). O símbolo da negritude possuía significados negativos antes de o Ocidente estabelecer amplos contatos com os povos negros. Esses significados simbólicos tenderam a infundir as reações dos europeus aos negros quando chegaram pela primeira vez à costa africana. A noção de que havia uma diferença radical entre os povos brancos e os negros, combinada ao “paganismo” dos africanos – o desconhecimento do Cristianismo –, levou muitos europeus a desprezar e temer os negros. Apesar de as expressões mais extremas dessas atitudes terem desaparecido hoje em dia, é difícil não acreditar que os elementos desse simbolismo cultural negro-branco continuem difundidos.

Um segundo fator importante a influenciar o racismo moderno foi simplesmente a invenção e a difusão do pró-

prio conceito de raça. Há centenas de anos, todos sabem da existência de atitudes quase-racistas, porém a noção de raça como um conjunto de traços permanentes surgiu com a ascensão da “ciência racial”, que já discutimos. A noção da superioridade da raça branca, embora não tenha nenhum valor fático, continua sendo um elemento-chave do racismo branco.

Uma terceira razão para o avanço do racismo moderno está nas relações de exploração que os europeus estabeleceram com os povos não-brancos. Não haveria como dar prosseguimento ao tráfico de escravos se os europeus não acreditassem piamente que os negros pertenciam a uma raça inferior, e até mesmo subumana. O racismo ajudou a justificar o domínio colonial sobre os povos não-brancos, negando-lhes os direitos de participação política que estavam sendo adquiridos pelos brancos em suas pátrias européias. Alguns sociólogos afirmam que a exclusão da cidadania continua sendo um aspecto central do racismo também nos dias de hoje.

característica da personalidade, mas reflete os valores e as normas de subculturas específicas dentro da sociedade mais ampla. A investigação pode ser mais valiosa enquanto contribuição ao entendimento dos padrões autoritários do pensamento em geral do que para a distinção de um tipo particular de personalidade. Por fim, essas abordagens supõem que o racismo seja um conjunto de convicções de um pequeno número de indivíduos, os quais revelam traços psicológicos particulares. Em contraste, muitas interpretações sociológicas procuram situar as causas do racismo e do preconceito na cultura ou nas estruturas da própria sociedade.

### Interpretações sociológicas

Os mecanismos psicológicos acima esboçados são encontrados entre os membros de todas as sociedades e ajudam a explicar por que o antagonismo étnico é um elemento tão comum em diferentes culturas. No entanto, pouco nos dizem a respeito dos processos sociais envolvidos na discriminação. Para estudar tais processos, precisamos utilizar idéias sociológicas.

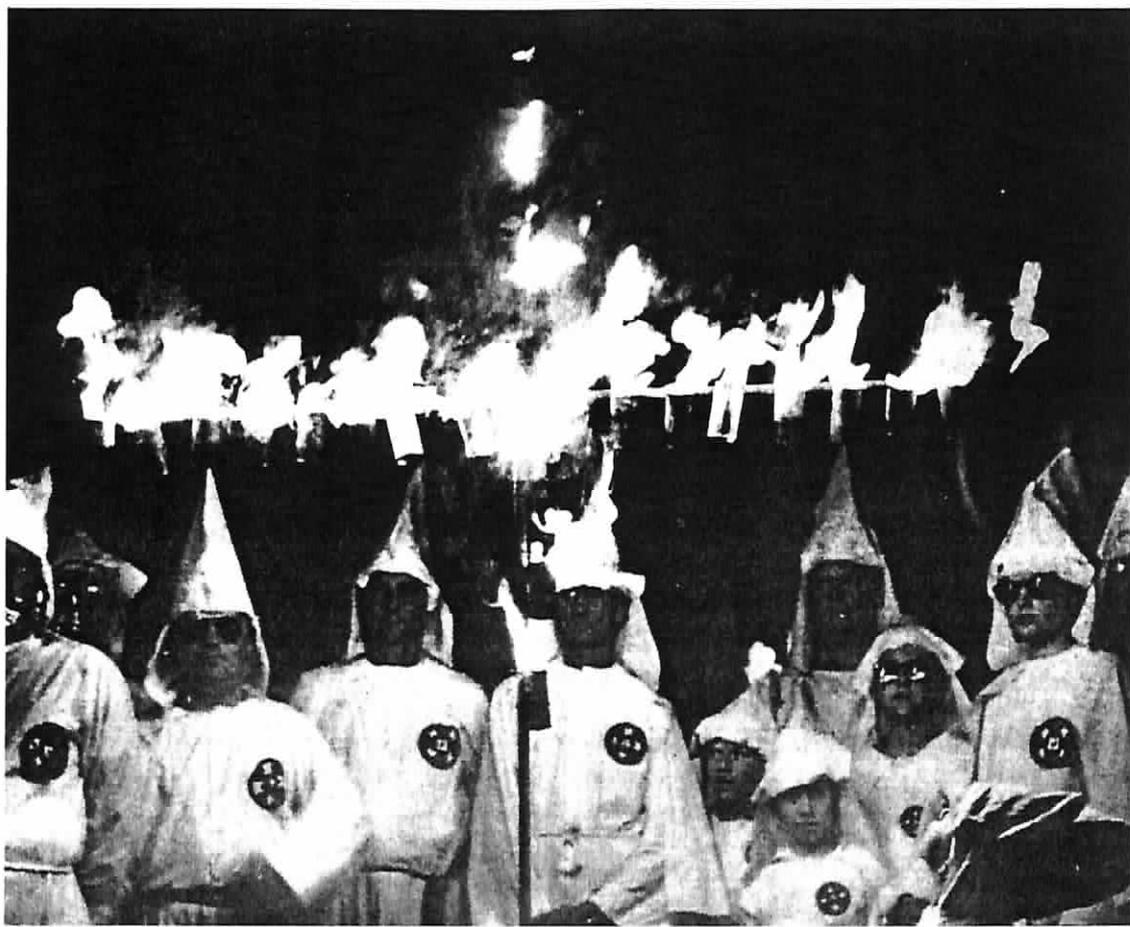
#### *Etnocentrismo, fechamento de grupo e alocação de recursos*

Os conceitos sociológicos relevantes para os conflitos étnicos em um nível geral são os de etnocentrismo, fechamento de grupo étnico e alocação de recursos.

*Etnocentrismo* – uma desconfiança em relação às pessoas de fora, combinada a uma tendência a avaliar a cultura dos outros relacionando-a à sua própria cultura – é um conceito que encontramos anteriormente (Capítulo 2, p. 37). Praticamente todas as culturas têm sido etnocêntricas até certo ponto, e é fácil perceber como o etnocentrismo se combina com o pensamento estereotípico. As pessoas que vêm de fora são imaginadas como estranhos, bárbaros ou moral e mentalmente inferiores. Essa era a forma como a maioria das civilizações enxergava os membros de culturas menores, por exemplo – uma atitude que serviu de estopim para inúmeros conflitos étnicos na história.

O etnocentrismo e o **fechamento de grupo** freqüentemente andam juntos. O “fechamento” refere-se ao processo pelo qual os grupos mantêm fronteiras que os separam de outros. Essas fronteiras são formadas por meio de dispositivos de exclusão, que aguçam as divisões entre um grupo étnico e outro e que incluem a limitação ou a proibição do casamento entre os grupos, as restrições ao contato social ou a relações econômicas, como o comércio, e a separação física de grupos (como no caso dos guetos étnicos). Os afro-americanos dos EUA sofreram todos esses três dispositivos de exclusão: o casamento entre raças foi ilegal em alguns estados, a segregação econômica e social foi aplicada pela lei no sul e guetos onde negros vivem segregados ainda existem na maioria das grandes cidades.

Às vezes, grupos que possuem o mesmo nível de poder aplicam mutuamente linhas de fechamento: seus membros se mantêm separados uns dos outros, mas um grupo não domina o outro. Entretanto, o mais comum é um grupo étnico ocupar uma posição de poder acima do outro. Nessas circunstâncias, o



A agressividade demonstrada por estes partidários da supremacia branca da Ku Klux Klan – que chegaram a fazer com que seus filhos participassem da reunião em Birmingham, no Alabama, na década de 1950 – deu origem a explicações científicas que vão desde conceitos psicológicos a econômicos e até a conceitos de fechamento de grupo.

fechamento de grupo coincide com a **alocação de recursos**, que institui desigualdades na distribuição da riqueza e dos bens materiais.

Alguns dos conflitos mais violentos entre grupos étnicos concentram-se nas linhas de fechamento entre eles, precisamente porque essas linhas sinalizam desigualdades de riqueza, poder ou posição social. O conceito de fechamento de grupo étnico nos ajuda a entender tanto as diferenças dramáticas que separam comunidades de pessoas quanto as mais insidiosas – não apenas os motivos pelos quais membros de alguns grupos são baleados, linchados, espancados ou assediados, mas também porque eles não conseguem ter acesso a um emprego, a uma boa educação ou a um lugar agradável para morar. A riqueza, o poder e o *status* social são recursos escassos – alguns grupos possuem uma quantidade maior desses recursos do que outros. Para defendem suas posições distintivas, os grupos privilegiados, às vezes, empreendem atos extremos de violência contra outros grupos. De um modo semelhante, membros que pertençam a grupos desprivilegiados também podem se voltar para a violência como um meio de tentar melhorar sua própria situação.

### *Teorias de conflito*

Alguns estudiosos tentam situar o racismo dentro da cultura geral da sociedade, sustentando a idéia de que este é um tipo de conservadorismo natural que surge em épocas de mudança e de instabilidade. As explicações culturais vêem o racismo como um tipo de defesa contra a introdução de novos costumes, línguas e estilos de vida que ameacem a ordem existente (Cashmore, 1987). Porém, tais argumentos são um tanto insatisfatórios, já que deixam de explicar como o racismo está relacionado às estruturas e às forças no nível da sociedade, em vez de no nível do indivíduo.

As teorias de conflito, em contraste, interessam-se, por um lado, pelos elos entre o racismo e o preconceito e, por outro, pelas relações de poder e de desigualdade. As antigas abordagens de conflito sobre o racismo eram bastante influenciadas pelas idéias de Marx, para o qual o sistema econômico era o fator determinante de todos os outros aspectos da sociedade. Alguns teóricos marxistas acreditavam que o racismo fosse um produto do sistema capitalista, argumentando que a classe dominante utilizava a escravidão, a coloniza-

ção e o racismo como ferramentas para a exploração do trabalho (Cox, 1959).

Mais tarde, estudiosos neomarxistas consideraram essas antigas formulações muito rígidas e simplistas e sugeriram que o racismo não era o produto apenas de forças econômicas. Um conjunto de artigos publicados em 1982, pelo *Birmingham Centre for Contemporary Cultural Studies*, *The Empire Strikes Back*, assume uma visão mais ampla da ascensão do racismo. Embora concordem que a exploração capitalista da mão-de-obra seja um fator, John Solomos, Paul Gilroy e outros apontam uma variedade de influências históricas e políticas que levaram ao aparecimento de um tipo específico de racismo na Grã-Bretanha nos anos de 1970 e 1980. Eles sustentam que o racismo é um fenômeno complexo e multifacetado que envolve a interação das identidades e das convicções das minorias étnicas e da classe trabalhadora. Na sua visão, o racismo é muito mais do que um simples conjunto de idéias opressivas decretadas pelas elites poderosas contra a população não-branca (S. Hall, et al., 1982).

## Integração étnica e conflito étnico

Muitos países de hoje caracterizam-se por populações multiétnicas. Na maioria das vezes, sua evolução nesse sentido se deu no decorrer de séculos. Algumas nações do Oriente Médio e da Europa Central, como a Turquia e a Hungria, são etnicamente diversas devido a longas histórias de mudança de fronteiras, ocupações por potências estrangeiras e migração regional. Outras sociedades tornaram-se multiétnicas com maior rapidez, como resultado de políticas deliberadas de encorajamento à migração, ou por meio de legados coloniais e imperiais.

Em uma era de globalização e de mudança social rápida, cresce o número de estados a defrontarem-se com os preciosos benefícios e os desafios complexos da diversidade étnica. A migração internacional está acelerando seu ritmo com a maior integração da economia global; nos próximos anos, parece evidente uma intensificação do deslocamento e da mistura das populações humanas. Entretanto, as tensões e os conflitos étnicos continuam a eclodir nas sociedades de todo o mundo, ameaçando levarem à desintegração alguns países multiétnicos e sugerindo o prolongamento da violência em outros. Como é possível acomodar a diversidade étnica e evitar a explosão do conflito étnico? Dentro das sociedades multiétnicas, qual deve ser a relação entre os grupos étnicos minoritários e a população majoritária? Há três modelos fundamentais de integração étnica que foram adotados por sociedades multiétnicas em relação a esses desafios: a assimilação, o *melting pot* e o pluralismo.

### Modelos de integração étnica

A primeira via é a da **assimilação**, o que significa que os imigrantes abandonam seus costumes e suas práticas originais, moldando seu comportamento aos valores e às normas da maioria.

Uma abordagem assimilacionista exige que os imigrantes mudem idioma, modo de vestir, estilos de vida e visões culturais como parte de uma integração a uma nova ordem social. Nos Estados Unidos, que se formaram como uma “nação de imigrantes”, gerações de imigrantes sujeitaram-se à pressão de se tornarem “assimiladas” dessa maneira, o que fez com que muitos de seus filhos virassem quase que completamente “norte-americanos”. A maioria das políticas oficiais do RU têm visado à assimilação dos imigrantes dentro da sociedade britânica.

Um segundo modelo é o do *melting pot*. Em vez de as tradições dos imigrantes serem dissolvidas em favor daquelas tradições dominantes da população preexistente, elas se misturam para formar novos padrões culturais em expansão. Não são apenas os valores e as normas culturais divergentes que são “trazidos” de fora para dentro da sociedade, mas a diversidade também é criada à medida que os grupos étnicos se adaptam aos ambientes sociais mais amplos nos quais eles se encontram.

Muitos acreditam que o modelo do *melting pot* é o resultado mais desejável da diversidade étnica. As tradições e os costumes das populações imigrantes não são abandonados, mas auxiliam, moldando um ambiente social em constante transformação e contribuindo para este. Formas híbridas de culinária, moda, música e arquitetura são manifestações da abordagem do *melting pot*. Até certo ponto, esse modelo é uma expressão precisa dos aspectos do desenvolvimento cultural norte-americano. Apesar de a cultura “Anglo” ter permanecido como proeminente, seu caráter, em algum momento, reflete o impacto da grande quantidade de diferentes grupos que atualmente compõem a população norte-americana.

Um terceiro modelo é o do **pluralismo cultural**. Nessa visão, o caminho mais apropriado é cultivar o desenvolvimento de uma sociedade genuinamente plural, na qual se reconheça a igual validade de numerosas subculturas diferentes. Uma abordagem pluralista atribui igual valor à colaboração de cada grupo étnico minoritário dentro da sociedade, o que significa que eles usufruem dos mesmos direitos que a população majoritária. As diferenças étnicas são respeitadas e celebradas como componentes vitais da vida nacional em um sentido mais amplo. Os Estados Unidos e outros países ocidentais são pluralistas em muitos sentidos, mas as diferenças étnicas têm sido, em sua maioria, associadas a desigualdades, e não a uma condição de membro igualitária, porém independente, dentro da comunidade nacional.

Na Grã-Bretanha e em outras partes da Europa, os líderes da maioria dos grupos étnicos minoritários enfatizam, cada vez mais, o caminho do pluralismo. Alcançar um *status* “distinto porém igual” exigirá grandes lutas e, até agora, essa é uma opção muito distante. Muitas pessoas ainda vêem as minorias étnicas como uma ameaça: uma ameaça ao seu emprego, à sua segurança e à “cultura nacional”. O uso das minorias étnicas como bode expiatório é uma tendência que persiste. Com os jovens na Europa Ocidental muitas vezes ainda defendendo preconceitos semelhantes àqueles das velhas gerações, as minorias étnicas enfrentam um futuro de discriminação constante,